Data: 8 de novembro de 2021

Assunto: Convite à apresentação de proposta

***Referência Procedimento*:** Ajuste Direto Regime Geral nº 28/2021/IST/NCA/CG

Objeto Contratação: Aquisição de serviços para Solução Integrada Gestão de Numerário - Back Office.

Exmos Senhores,

Em cumprimento do disposto no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o Instituto Superior Técnico, enquanto entidade adjudicante e por deliberação do órgão responsável pela decisão de contratar, vem convidar V. Exas. a apresentar proposta no âmbito do procedimento adotado para a **aquisição de serviços para Solução Integrada Gestão de Numerário - Back Office**, nos termos constantes do presente convite, "Anexo A – Termos e Condições", e condições definidas no Caderno de Encargos, onde são indicadas as especificações e outros elementos que, nos termos legais, terão de ser observados.

Nos termos das disposições legais em vigor, V. Exa. não poderá estar abrangido pelos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP. Em consequência, é obrigatória a apresentação da "Declaração – a que se refere a alínea a), do n.º 1, do art.º 57.º, do CCP", cujo modelo (Anexo B) também se envia, sem prejuízo de poder ser exigida ao adjudicatário a apresentação de qualquer dos documentos de habilitação previsto no artigo 81º do CCP.

Em tudo o não especificado no presente convite e no caderno de encargos, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes do referido Código, bem como outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

Anexos:

Anexo A - Termos e Condições
Anexo B - Modelo de declaração – Anexo I [a que se refere a alínea a), do n.º 1, do art.º 57.º ou a subalínea i), da alínea b) e alínea c), do n.º 3, do art.º 256.º-A, conforme aplicável]

Instituto Superior Técnico
Núcleo de Compras e Aprovisionamento

ANEXO A – Termos e Condições

1. **Entidade Adjudicante:** A entidade adjudicante é o Instituto Superior Técnico, com o NIPC: 501507930, sito na Avenida Rovisco Pais, 1049-001 Lisboa, com o n.º de telefone geral (+351) 218 417 000, endereço eletrónico nca@tecnico.ulisboa.pt, telefone (+351) 218 417 224; fax (+351) 218 417 717, sendo o procedimento realizado através da plataforma eletrónica de contratação pública "AcinGov" disponível em https:/www.acingov.pt.

2. **Objeto do contrato:** "Aquisição de serviços para Solução Integrada Gestão de Numerário - Back Office", cujas especificações técnicas constam do caderno de encargos [Classificação Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV: 79710000-4 Serviços de segurança)].

3. **Órgão que tomou a decisão de contratar:** A decisão de contratar foi tomada em 8 de novembro de 2021, pela Exma. Vice-Presidente para a Gestão Financeira do Instituto Superior Técnico, Senhora Doutora Maria Isabel Marques Dias, no uso de competência subdelegada, cujo despacho foi proferido pelo Presidente do Instituto Superior Técnico, Senhor Professor Doutor Rogério Anacleto Cordeiro Colaço, pelo Despacho nº 924/2020, publicado no Diário da República nº 15, 2.ª Série, de 22 de janeiro de 2020.

4. **Fundamento de escolha do procedimento:** O presente procedimento de formação de contrato é feito por ajuste direto nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 20.º, do CCP, e art.º 112.º e seguintes do mesmo código, doravante, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio.

5. **A proposta a apresentar deverá ser constituída e instruída pelos seguintes elementos**:

   5.1 Declaração de aceitação do Caderno de Encargos em conformidade com o modelo constante do Anexo I, declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do art.º 256.º-A, conforme aplicável], [cfr. Anexo B do presente convite], a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

   5.2 Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta on-line, para identificação dos titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções (ou documento equivalente).

5.3 Procuração com Delegação de Poderes para intervir no procedimento, se aplicável.

5.4 Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

5.5 Documento que contenha os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule.

5.6 Para efeitos do ponto ***5.4. e 5.5***. a proposta deverá integrar todas as informações que permitam efetuar a avaliação dos serviços: preço, condições de pagamento, prazo de entrega de execução a partir da data de receção da nota de encomenda.

5.7 O concorrente poderá ainda apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta.

5.8 Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em Língua Portuguesa.

5.9 Os documentos que constituem a proposta que podem ser redigidos em língua inglesa, nos termos do n.º 2, do art.º 58.º, do CCP: Catálogos.

5.10 Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

5.11 Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

6. **Prazo de manutenção:** Os concorrentes são obrigados a manter as respectivas propostas pelo prazo de 66 dias úteis a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

7. **Prazo para apresentação de propostas:** as propostas devem ser apresentadas até às **18h00m do dia 11 de novembro de 2021.**

8. **Modo de apresentação de proposta:** Os documentos que compõe a proposta deverão ser apresentados diretamente através da plataforma eletrónica de contratação pública "AcinGov" disponível em https:/www.acingov.pt até ao termo do prazo fixado no presente convite.

8.1. A proposta deverá indicar o número, designação do procedimento e da entidade adjudicante.

8.2. A submissão da proposta só deverá ter lugar após o completo preenchimento do formulário principal, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 70.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.

8.3. Nos termos do n.º 4, do art.º 57.º, do CCP, a proposta assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos representantes legais, nos termos do disposto no n.º 2, do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

8.4. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorre em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, sob pena de exclusão, nos termos do disposto no n.º 5, do art.º 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

8.5. Nos casos em que o certificado digital não permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do n.º 7, do art.º 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

9. **Caução:** nos termos do disposto no nº 2, do art.º 88º, do CCP, não é exigida a prestação da caução.

10. **Negociação:** as propostas apresentadas não serão objecto de negociação

11. **Pedidos de esclarecimentos às peças do procedimento:**

11.1 Nos termos do n.º 1, do art.º 50.º do CCP, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e, no

mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

11.2 O órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados e pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, nos termos do art.º 116.º, do CCP, até ao dia anterior ao termo do prazo para a apresentação de propostas, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

11.3 Nos termos do n.º 8, do art.º 50.º, do CCP, os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados estão juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

11.4 Nos termos do n.º 9, do art.º 50.º, do CCP, os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

12. Prazo de apresentação dos documentos de habilitação: Nos termos do disposto no art.º 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar, no prazo de 3 dias úteis a contar da data da notificação da decisão de adjudicação [de acordo com o disposto na alínea j), do art.º 115.º, do CCP], os seguintes documentos de habilitação:

12.1. Declaração do Anexo II do CCP [a que se refere alínea a), do n.º 1, do art.º 81.º do CCP], aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto – Lei nº 111/2017, de 31 de agosto;

12.2. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta on-line, de que não se encontra nas seguintes previstas nas alíneas b), d), e) e h), do n.º 1, do art.º 55.º do CCP, nomeadamente:

i) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d), do art.º 55.º, do CCP;

ii) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e), do art.º 55.º, do CCP;

iii) Certificado de registo criminal da empresa, bem como, certificado de registo criminal de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h), do art.º 55.º do CCP.

12.3. Todos os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, o adjudicatário pode apresentar os documentos na sua língua, por ser suficiente e sem necessidade de tradução, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 86.º do CCP.

13. Prazo de supressão de irregularidades: No caso de se verificarem irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, será concedido um prazo de 3 dias úteis para a respetiva supressão, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do art.º 115.º, do CCP.

14. Em tudo o omisso no presente procedimento observar-se-á o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.

ANEXO B

Anexo I - Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - _____(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)_____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) _____se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
a)...
b)...
3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

_____

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º.
(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º